

1 COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE - CONABIO

2 Ata da 18ª Reunião Extraordinária

3

Data: 03 de Novembro de 2014	Local: Anexo do Ministério do Meio Ambiente Sala CT-01, 1º andar, SEPN 505, lote 2, bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz
Duração: 10:00 hs -18h00 hs	
<p>Estiveram presentes os seguintes <u>membros da Comissão</u>: o Sr. Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza (Titular), e o Sr. Lídio Coradin (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; a Sra. Claudia Maria Correia de Mello (titular), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Sr. Carlos Eduardo Martins Proença (titular), a Sra. Danielle Blanc (suplente), e o Sr. Ivan Furtado (suplente), representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; a Sra. Andrea Ferreira Portela (titular), e a Sra. Maria Cristina Vianna (Suplente) representantes do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; a Sra. Elisa Monteiro Malafaia (suplente) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG; o Sr. Thiago Medeiros da Cunha Cavalcanti (suplente), representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE; a Sra. Sueli Naomi Ota (suplente) representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA); o Sr. Nelson Ananias Filho (titular), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; a Sra. Elisa Romano Dezolt (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Sr. Lúcio Flores (titular), representante da Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; o Sr. Alberto Marques Santos (suplente) representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; a Sra. Marcella Santos Mostaert (titular) representante FBOMS (Ambientalistas); o Sr. Francisco Iglesias (suplente), representante da FBOMS (Movimentos Sociais). Também estiveram presentes nesta reunião como <u>convidados</u>: a Sra. Patrícia Medeiros representante do Ministério da Defesa - MD, a Sra. Leandra Lofego Rodrigues representante do Ministério da Saúde – MS; a Sra. Pollyane Barbosa Rezende, a Sra. Tatiane Elisa Chapla, e o Sr. Samuel Schwaida, representantes do Ministério do Meio Ambiente - MMA; a Sra. Rosana Subirá representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO; o Sr. Gustavo Martinelli do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ; <u>membros da Secretaria Executiva da CONABIO</u>: a Sra. Juliana Carvalho Frota Mattos e o Sr. Luciano de Melo Filho.</p>	

Pauta aprovada:

1. Abertura

2. Aprovação da pauta

3. Assuntos para discussão

3.1 META 12 - Programa Pró-Espécies - estratégia para reduzir o risco de extinção das espécies ameaçadas

3.2 Avaliação de risco de espécies ameaçadas da flora brasileira - Gustavo Martinelli JBRJ

3.3 Avaliação de risco de espécies ameaçadas da fauna brasileira - Rosana Subirá ICMBio

3.4 Plano Nacional

4. Encerramento

4 1. Abertura da Reunião, 2. Aprovação da pauta

5

6 Ao 3º dia do mês de Novembro de 2014, no anexo Ministério do Meio Ambiente, localizado na
7 SEPN 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, Sala CT-01, Brasília– DF realizou-se a 18ª reunião
8 extraordinária da CONABIO. O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza**, presidente em exercício, saudou
9 os participantes e propôs que se iniciasse a discussão sobre a aprovação da pauta de espécies
10 ameaçadas, para respectivas deliberações na presença de quórum. O Sr. **Francisco Iglesias** sugere
11 que a inclusão na pauta sobre os Programas Nacionais de Preservação das Espécies. O Sr. **Carlos**
12 **Alberto Scaramuzza** alegou que o assunto seria abordado nas apresentações da Srª **Rosana Subirá**
13 e do Sr. **Gustavo Martineli**. O Sr. **Carlos Eduardo Martins Proença** representante do Ministério
14 da Pesca e Aquicultura ressaltou da lista de espécies dos peixes e invertebrados aquáticos, é muito
15 extensa e que muitas dessas espécies são objetos de pesca. Além disso, considera que a aquicultura
16 é um instrumento de preservação uma vez que a espécie é cultivada em cativeiro. Informou que foi
17 enviado ao Sr. Roberto Cavalcanti, Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas e à
18 Conabio, um ofício com uma série de considerações e que o Ministério da Pesca e Aquicultura está
19 fazendo uma solicitação de maior prazo para fazer uma análise mais acurada dessa lista. Solicitou
20 que fosse incluído na pauta um espaço para colocar as considerações e preocupações do MPA. O
21 Sr. **Nelson Ananias** destacou que a CNA também estão muito preocupados com a lista de espécies
22 de espécies dos peixes e invertebrados aquáticos e também gostaria de incluir uma fala na pauta
23 sobre a questão dos pescadores, ao qual a CNA representa.

24

25

26 3. Assuntos para discussão

27

28 O **Sr. Carlos Alberto Scaramuzza** iniciou sua apresentação sobre **META 12 - Programa Pró-**
29 **Espécies - estratégia para reduzir o risco de extinção das espécies ameaçadas** explicando que o
30 Jardim Botânico do Rio de Janeiro elaborou a lista da flora brasileira e encontrava-se criando o
31 catálogo para a flora, por meio de um sistema *on-line* com informações sobre a distribuição de
32 espécies, identificação, fotos, publicações e chaves taxonômicas. Para a fauna o processo ainda se
33 encontra em andamento. Em parceria com a Sociedade Brasileira de Zoologia, está sendo elaborada
34 a lista oficial da fauna brasileira, e também está se construindo instrumentos virtuais que
35 possibilitem a identificação das espécies de fauna. Destacou que o número de espécies no Brasil são
36 138 mil espécies de animais e 40 mil espécies de plantas, sendo que pouco mais de mil desse
37 contingente são espécies ameaçadas. Conservar a espécie na natureza é muito mais barato que
38 conservar *ex situ*. As pesquisas que o Ministério do Meio Ambiente vem conduzindo com a
39 população brasileira demonstraram que a forma que a população enxerga a natureza, a
40 biodiversidade, está relacionada às questões de fauna e flora, o que dá um grande potencial de
41 comunicação e engajamento. A conservação de espécies carismáticas, como baleias, primatas, é
42 uma forma de levar à população uma série de outras questões, por exemplo, como utilizar o capital
43 natural como parte do modelo de desenvolvimento do Brasil. As Unidade de Conservação e as listas
44 vermelhas são dois dos principais instrumentos para que o país possa fazer uso desse capital natural
45 de forma sustentável ao longo dos próximos séculos. O risco de extinção relacionado com a
46 agricultura, 87,5% das espécies das plantas com flores conhecidas dependem de polinizadores, 75%
47 da alimentação depende direta ou indiretamente de plantas polinizadas ou beneficiadas pela
48 polinização. 153 bilhões de euros é a estimativa global de 2009 para o valor econômico atual da
49 polinização (9,5% da produção agrícola mundial para alimentação em 2005). O colapso das
50 colmeias relacionado ao uso de neonicotinóides, e uma série de problemas ligados à questão de
51 polinização demonstram a importância desse serviço ecossistêmico e a vulnerabilidade de alguns
52 desses serviços aos impactos ambientais gerados pelas atividades humanas. Destacou o caso do
53 bacalhau do Atlântico que foi debatido na Conferência das Partes de Biodiversidade, na Coreia,
54 mostrando as consequências do uso insustentável, incompatível com o tamanho das populações, ou
55 seja, acima de capacidade de suporte, entre 1999 e 2000 chegando a afetar 95% dos estoques.

56 O **Sr. Carlos Alberto Scaramuzza** continuou ressaltando que o Brasil tem uma série de
57 compromissos relacionados às espécies ameaçadas, a começar pela Meta Nacional de
58 Biodiversidade 12 que indica que até 2020 o número de espécies de ameaçadas de extinção estará
59 reduzido significativamente, tendendo a zero. As listas vigentes são as de 2003 e 2008, na fauna são
60 três Instruções Normativas: IN 03/2003, 05/2004, 52/2005 e na flora é uma Instrução Normativa: IN
61 06/2008. Nas Unidades de Conservação são encontradas 61% das espécies de animais e 71,2% das
62 plantas, e 301 animais e 65 plantas possuem planos de ação. Informou que serão criados sistemas de
63 informações que permitam facilitar o processo de atualização das listas, e a implementação dos
64 planos de ação em parceria com o Sistema Brasileiro de Biodiversidade – SIBBr, assim
65 dinamizando e tornando o acompanhamento e monitoramento mais ágeis. O **programa Pró-**
66 **espécies**, criado pela Portaria nº 43 de 31 de janeiro de 2014, além de evitar a extinção de espécies
67 tem o objetivo de melhorar a conservação e definir os papéis da coordenação entre o MMA e a SBF,
68 com o ICMBio em termos da conservação de espécie para fauna e o Jardim Botânico por meio do
69 CNC Flora para as espécies da flora brasileira. O grande avanço dessa portaria foi a inclusão das
70 **categorias de ameaças**, que permitiu identificar os diferentes níveis de riscos com critérios
71 mundialmente reconhecidos. Existem categorias bem diferenciadas: dados insuficientes (DD), não

72 aplicável (NA) e não avaliadas (NE), quase ameaçada (NT), menos preocupante (LC), vulnerável
73 (VU), em perigo (EN) e criticamente em perigo (CR) e as categorias relacionadas à extinção, essas
74 categorias, além de indicar o estado de ameaça, permitem monitorar a melhoria do estado de
75 conservação e ajustar as ações necessárias, são elas: extinta (EX), extinta na natureza (EW) e
76 regionalmente extinta (RE). As avaliações do estado de conservação da fauna e da flora brasileira,
77 passam por análises científicas baseadas nos dados sobre as populações e sobre a disponibilidade de
78 habitat, variáveis chaves, e são conduzidos pelas instituições: CNC Flora do Jardim Botânico do
79 Rio de Janeiro e pelo ICMBio, junto à comunidade científica brasileira e internacional para essas
80 análises. O segundo instrumento são as listas nacionais de espécies ameaçadas oficiais,
81 reconhecendo-as para efeito de restrição de uso, priorizando as ações de conservação e recuperação.
82 Apresentam as espécies com deficiências de dados, com necessidades de apoio à pesquisa, e as
83 espécies não ameaçadas (NT) que demandam ações preventivas para evitar essas espécies passem a
84 ser incluídas com perigo de extinção. Um dos principais instrumentos da política do Pró-espécies
85 são os **Planos de Ações Nacionais (PAN)** para a conservação, define ações *in situ* e *ex situ* e
86 recuperação dessas espécies ameaçadas cada vez mais passando do modelo de plano de ação
87 específico, para enfoques regionais, passando a ter um plano de ação para um conjunto de espécies
88 de uma determinada região. Em termos de eficiência é melhor do que vários planos separados,
89 promovendo articulação entre as ações para aquelas espécies que estão naquele território, e com os
90 sistemas de informações identificando as áreas de maior importância para essas espécies ameaçadas
91 de extinção e áreas de maior incidência de atividades antrópicas. Em reuniões anteriores foi
92 discutida a pauta sobre espécies ameaçadas, além da criação do programa em janeiro de 2014, e
93 agora se aproxima a publicação da lista oficial de espécies de fauna e flora brasileiras ameaçadas de
94 extinção. A redução do risco de ameaça pode refletir no crescimento da política de conservação,
95 permitindo estabelecer metas para a mudança de categorias de risco e acompanhar os parâmetros
96 populacionais das espécies e a conservação do habitat. Esse é um desafio para todos os setores da
97 sociedade brasileira. É necessário aumentar a proteção ambiental nas regiões críticas dessas
98 espécies, reduzir a pressão antrópica por meio de ações coordenadas, por exemplo, por meio de
99 apoio técnico aos agricultores, apoio para quem adotar as boas práticas. A ministra Izabella Teixeira
100 anunciou a extensão do programa Bolsa Verde para áreas de distribuição de espécies ameaçadas, o
101 que facilita a indução da adoção de boas práticas com certificação de produtos, programas de
102 educação ambiental, fomento à pesquisa com o CNPq e o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Junto
103 ao MCTI foram desenvolvidos editais específicos relacionados à conservação de espécies
104 ameaçadas e campanhas de comunicação para engajamento da sociedade. Também foi lançando o
105 Prêmio Nacional de Biodiversidade, que será entregue em 22 de maio de 2015. E é também com
106 base nos planos de ação que se deve fazer a priorização da implementação das UCs. Esse “layer” de
107 espécies ameaçadas, com essa camada de informação, esse plano de informação associada à
108 distribuição e a hierarquização do risco de extinção de espécies ainda contribui com o zoneamento
109 ecológico e econômico e os ordenamentos territoriais.

110 O Sr. **Carlos Scaramuzza**, apresentou um gráfico e esclareceu que no âmbito do planejamento
111 estratégico do MMA foi estabelecido que a meta a ser atingida até 2022 é que haja uma melhoria do
112 estado de conservação das espécies consideradas extremamente em perigo, em perigo e vulneráveis.
113 A ideia é que aquelas espécies com ciclo populacional compatível, devem deixar de ser criticamente
114 ameaçadas passando para o nível da categoria de ameaçadas. Então, isso levaria a uma redução de
115 244 espécies da fauna para 116 espécies criticamente ameaçadas. Entre as ameaçadas, adotou-se
116 uma porcentagem de 60% de melhoria no estado de conservação, então 60% das espécies
117 ameaçadas se tornariam vulneráveis e 40% das vulneráveis passariam para a categoria verde, ou

118 seja, fora das categorias de ameaça. E após isto foi encerrada a apresentação.
119 O Sr. **Gustavo Martinelli**, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, iniciou sua apresentação sobre
120 **Avaliação de risco de espécies ameaçadas da flora brasileira**, informando que Centro Nacional
121 de Conservação da Flora (CNC Flora) foi criado no âmbito do Instituto de Pesquisas do Jardim
122 Botânico do Rio de Janeiro exatamente no ano de 2008 e entrou em operação em 2009, sendo assim
123 uma iniciativa recente. A primeira coisa que o Centro fez foi um grande diagnóstico que mostrou o
124 Brasil tem uma certa tradição, com mais de 40 anos na produção de listas de espécies ameaçadas,
125 oficialmente nós podemos dizer que o Brasil teve três listas nacionais, uma de 68, uma de 92 e uma
126 de 2008. Com a portaria criando o programa Pró-espécies, houve um grande avanço para
127 estabelecer os processos e os sistemas, assim sendo possível avaliar o risco de extinção de forma
128 cientificamente, documentada e quantitativa, o que antes não era possível por ser de caráter
129 conservador e sendo difícil de ter comprovação com pouca ciência e embasamento. Lembrou a
130 necessidade dos planos de ação nacionais e oficiais, além de seguir critérios internacionais adotados
131 pelo âmbito da CDB. Seguiu dizendo que a portaria foi importante para gestão de conservação, e
132 que as listas serviram para estabelecer e priorizar as espécies ameaçadas. O Centro organizou sua
133 forma de atuação em 2008-2009, baseado na Política Nacional de Biodiversidade, na estratégia
134 global de conservação de plantas (GSPC) do qual o Brasil é um signatário no âmbito da CDB. A
135 estratégia global de conservação foi de grande importância, pois sua meta número um é que cada
136 país deve ter uma lista de sua flora e a meta número dois é que todas as espécies contidas na lista
137 deveriam ser avaliadas quanto ao risco de extinção. A única lista das espécies da flora do Brasil foi
138 a elaborada por Von Martius em 1906. Então entre 2009-2010 o Centro investiu na elaboração de
139 uma lista atualizada da flora brasileira. Quando a listagem foi publicada, havia 38 mil espécies e a
140 média do país é que a cada dois dias uma espécie nova foi sendo descoberta. Em 2014 já são 48 mil,
141 chegando assim aos 20% de espécies de plantas do mundo. As listas se tornaram instrumentos
142 importantes devido à documentação apropriada sobre esses registros e assim se tornando um meio
143 de conservação, para quem faz gestão de espécies ameaçadas ou de unidades de conservação, e
144 também para a própria sociedade. Para a avaliação do estado de conservação das espécies foi usada
145 uma rede de 480 cientistas brasileiros e internacionais que validam as informações que são captadas
146 e disponíveis sobre cada espécie, e foi produzido o primeiro livro vermelho da flora do Brasil. As
147 espécies avaliadas foram aquelas presentes em uma série de listas de espécies ameaçadas
148 publicadas, como as estaduais, as três listas federais e a própria lista global da IUCN. A lista da
149 flora brasileira está à disposição on-line com atualizações diárias de pesquisadores que incluem
150 informações. Possui o mapeamento dos registros, as informações são passadas para um cientista
151 especializado para validação, sem a mesma não há a continuação do processo, por isso a revisão,
152 produção dos mapas, comentários e a própria avaliação do risco é importante. As fichas de espécies
153 são validadas pelos especialistas, que fazem a consolidação dos dados taxonômicos, de distribuição
154 e de ecologia dos biomas. Para cada espécie existe um conjunto de informações que são registradas
155 em um sistema, parte desse processo é disponível para a sociedade no Portal, porém na parte de
156 espécies ameaçadas não é divulgada o local de ocorrência, pelo fato do risco. A documentação é de
157 grande importância, pois permitiu tomadas decisões baseadas nessas informações.

158 O Sr. **Lídio Coradin** lembrou que em caso de dúvida em relação à flora esta já pode ser verificada
159 na lista on-line onde há todas as espécies e nomes aceitos.

160 O Sr. **Gustavo Martinelli** informou que há parcerias estabelecidas para que seja elaborada um flora
161 global online, da qual o Jardim Botânico participa. O livro vermelho das espécies da flora
162 ameaçadas de extinção foi elaborado e ganhou o Prêmio Jabuti. Como dito, serviram como base as
163 listas oficiais dos estados brasileiros como São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa

164 Catarina, Rio Grande do Sul e Pará, a lista global da IUCN (*International Union for Conservation*
165 *of Nature*) e a lista apresentada na Instrução Normativa nº6, que tinha dois anexos, o anexo I, com
166 as 472 espécies consideradas ameaçadas de extinção e o anexo II, que apresentava as espécies
167 consideradas deficiente de dados com quase mil espécies. Iniciando o processo, após a consolidação
168 taxonômica, foram 4.617 espécies avaliadas. Com a avaliação foi possível dividir quais são de uso
169 veterinário, da horticultura, da tradição, na medicina, madeireira entre outras formas de serem
170 utilizados. O número total de espécies ameaçadas foi de 2.118. Sr. **Gustavo Martinelli** continuou
171 informando que é o ponto focal no Brasil com GSPC indicado pelo MRE (Ministério das Relações
172 Exteriores), porém que considera que as metas da GSPC são pouco adequadas a um país com
173 grande diversidade. Contabilizando, das 4.617 espécies avaliadas, 2.118 estão consideradas
174 ameaçadas de extinção, 1.952 não são ameaçadas na escala nacional e 547 continuam com
175 deficiência de dados, assim a espécie não pode ser avaliada. O problema é que a deficiência de
176 informações indica a importância de pesquisas. Das 692 espécies com uso econômico 245 estão
177 ameaçadas, 477 não ameaçadas e 40 têm deficiência de dados. Entre as 2.118 espécies consideradas
178 ameaçadas de extinção, 468 estão criticamente em perigo, 1.148 em perigo e 502 vulneráveis. Entre
179 as 4.708 espécies incluídas em listas oficialmente publicadas que foram avaliadas, 540 espécies
180 foram consideradas deficientes de dados e 1.952 foram consideradas espécies não ameaçadas. Tirar
181 a espécie da lista é talvez o processo mais difícil, complexo e demorado. Com relação aos planos de
182 ação a estratégia é a produção de planos de ações chamados territoriais, como é o caso do plano de
183 ação do Espinhaço meridional, onde numa mesma região você encontra 257 espécies, sendo 63
184 criticamente ameaçadas. Então, a ideia é que, na verdade, para essas 257 espécies, as ameaças são
185 as mesmas, o que muda é a biologia de cada espécie. Esses dados todos permitiram também uma
186 coisa que está definida na Portaria 43, no Pró-Espécies, que é a elaboração de um mapa de áreas
187 prioritárias para conservação de espécies ameaçadas no Brasil. Então a apresentação foi finalizada.
188 A seguir a Sr^a **Rosana Subirá** do ICMBIO fez a apresentação sobre **Avaliação de risco de espécies**
189 **ameaçadas da fauna brasileira** e iniciou sua apresentação relatando que são cento e vinte mil
190 espécies que ocorrem no Brasil, mas não são todas as espécies que são avaliadas. Citou a meta
191 nacional 12, de que até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas será reduzido
192 significativamente tendendo a zero e sua situação de conservação terá sido melhorada. Explicou o
193 processo para avaliação da lista de espécies ameaçadas de fauna feita pelo ICMBIO. Foi construída
194 uma rede com mais de mil especialistas de várias instituições brasileiras e do exterior. Os
195 parâmetros necessários utilizados foram o tamanho da população, a informação da população,
196 índice de declínio, assim fazendo uma comparação temporal, a extensão da área de ocorrência de
197 cada espécie, e quais são os problemas de ameaças nas áreas identificadas ou para aquelas
198 populações. As espécies que caem na categoria chamada DD é devido a falta de alguma dessas
199 informações, as quais são essenciais para se classificar a sua categoria. As informações são
200 verificadas minuciosamente com parâmetros numéricos, para diferenciá-la de vulnerável, perigo ou
201 até criticamente em perigo pelos critérios estabelecidos pelo método. Explicou que existem cinco
202 critérios no método, mas que acabam utilizando os mesmos parâmetros. O primeiro critério é a
203 avaliação do tamanho populacional, e se houve declínio populacional. Muitas vezes não há essa
204 informação. Porém, o processo de avaliação será feito a cada cinco anos, e a mesma espécie será
205 reavaliada para acompanhar e monitorar o seu status de conservação. Apresentou em números as
206 espécies já avaliadas que totalizam 7.647 e outras 4.500 ainda em fase de conclusão. No final, a
207 fauna terá o total de 12.147 espécies avaliadas com alguns grupo de invertebrados e 100% dos
208 vertebrados. Apesar da dificuldade de estudo dos invertebrados, alguns grupos de especialistas
209 interessados começaram a avaliar algumas espécies como borboletas, abelhas e até libélulas, todas

210 que ocorrem no Brasil, então a análise desses ocorreu por oportunidade e interesse dos
211 pesquisadores por informação disponível. Em torno de 74% dos vertebrados já estava avaliada e
212 estaria 100% concluído até novembro. A maioria das espécies está sendo avaliada pela primeira
213 vez. No relatório distribuído entre os presentes verifica-se que 460 espécies presentes nas listas
214 vigentes, 77 devem deixar as mesmas. Espécies de interesse econômico, como os peixes ósseos, se
215 tornaram a grande preocupação, e do total avaliado de 3.152 espécies mais de 300 foram
216 consideradas estão na categoria de ameaçados, porém a sua grande maioria fora de perigo. O
217 objetivo para os próximos anos é de estudar melhor espécies que têm escassez de informação e por
218 isso se encontraria na categoria DD (dados insuficientes), o mecanismo para incentivar a pesquisa e
219 de trabalhar junto à comunidade acadêmica para o entendimento da situação, buscar ações
220 preventivas com o propósito de reduzir a possibilidade de novas espécies ameaçadas, e com dois
221 mecanismos principais que são proteger o habitat das espécies e a criação das unidades de
222 conservação com os planos de ação. Explicou que a elaboração de novos Planos de Ação - PANs
223 estão focados em 627 espécies da lista oficial, sendo que 436 já possuem o PAN. Por decorrência
224 do aumento do número de espécies ameaçadas decorrentes da avaliação em curso, o enfoque
225 anterior de se elaborar planos de ação de cada espécie em separado foi abandonado e substituído
226 pela elaboração do Plano de Ação para grupos de espécies ou para áreas principalmente focadas em
227 regiões, porém ainda existem algumas exceções. E a principal preocupação hoje são as espécies sem
228 PAN e nem presença em UC, totalizando 282 espécies. Esclareceu que os planos de ação são
229 construídos coletivamente com a Sociedade Civil junto ao Governo Estadual, Governo Municipal,
230 com as ONGs locais e trazendo a sociedade para participar. O Instituto da Baleia Jubarte foi de
231 grande significância e no dia da Biodiversidade ganhou o prêmio de reconhecimento, e ainda
232 existem outros exemplos pouco emblemáticos, mas que saíram da lista como o minhocoço.
233 Finalizando com o grande objetivo da meta 12 até 2020, mesmo que para algumas espécies seja
234 inviável nesse período, o plano de ação é uma responsabilidade conjunta em parceria com a
235 sociedade, sempre tentando compatibilizar o uso do espaço, recursos naturais com a conservação e
236 preservação dessas espécies. A discussão seguinte é como construir diálogos e assim procurar as
237 soluções e estabelecer acordos. A lista de espécies ameaçadas é uma ferramenta, um diagnóstico.
238 Com as informações disponíveis, o trabalho para reverter esse quadro precisa ser coletivo
239 conscientizando todo mundo e a Conabio tem papel fundamental nisso.

240 Após o intervalo do almoço, o Sr. **Nelson Ananias Filho (CNA)** trouxe para discussão uma
241 demanda do Ministério da Pesca e Aquicultura, da CNI e da Confederação da Agricultura e
242 Pecuária do Brasil (CNA), sobre a lista de espécies de peixes. O Sr. **Fernando Pinto das Neves**
243 (CNA) deu continuidade e apresentou o Informe técnico 05/2014 da Coordenadoria Técnica –
244 SINDIPI de 31 de outubro de 2014, com a seguinte redação:

245
246 ***Assunto: Subsídios para a representação do setor pesqueiro na 18ª Reunião Extraordinária da***
247 ***Comissão Nacional de Biodiversidade- CONABIO.***

- 248 1. Será realizada no próximo dia 03 de novembro de 2014, a 18ª Reunião Extraordinária da
249 Comissão Nacional de Biodiversidade- CONABIO tendo como pauta a proposta de lista de
250 espécies ameaçadas de extinção da fauna e flora brasileiras. Conforme o Diretor da DCBIO do
251 MMA em declaração ocorrida na penúltima reunião do CONABIO, a intenção da ministra
252 Izabella Teixeira é publicar a nova LISTA até o final do ano.
- 253 2. A primeira lista de peixes e invertebrados aquáticos foi publicada pelo MMA em 2004 (IN
254 05/2004), pegando de surpresa todo o setor pesqueiro nacional. A captura de vários recursos
255 pesqueiros se tornou proibida sem aviso prévio, sem estudos adequados e sem a adoção de

256 medidas gradativas que evitassem o alegado colapso das populações. Alguns equívocos puderam
257 ser revertidos através da Instrução Normativa 52/2005, que retificou a lista original após mais de
258 um ano de discussões e trâmites burocráticos.

259 3. A IN MMA 05/2004 estipulou um prazo de até 5 anos para a implementação de planos de
260 recuperação para as espécies classificadas como ameaçadas de extinção. Após 10 anos constata-
261 se que nenhum plano de recuperação foi implantado para benefício dos recursos pesqueiros
262 incluídos naquela lista.

263 4. A Lei de Crimes Ambientais 9.605/1998 e o Decreto 3.179/99 tornam crime ambiental a pesca de
264 peixes e crustáceos ameaçados de extinção. A multa para cada indivíduo pescado pode chegar a
265 R\$ 5.000,00, além da pena de detenção de até um ano e meio.

266 5. A Lei da Pesca 11.959/2009 e o Decreto 6981/2009 determinam que o Ministério da Pesca, em
267 conjunto ao Ministério do Meio Ambiente, deve coordenar o processo de ordenamento do uso
268 sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando o equilíbrio entre o princípio da
269 sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e
270 sociais. Portanto, é inaceitável a prática adotada pelo MMA, através do ICMBio, em definir
271 unilateralmente listas de espécies que implicam na proibição da pesca.

272 6. No caso de espécies de peixes e invertebrados marinhos que são utilizados pela atividade
273 pesqueira, e considerando o marco legal brasileiro, deve ser exigido um tratamento diferenciado
274 que evite a inclusão dessas espécies em listas oficiais de fauna ameaçada de extinção. Se estudos
275 científicos indicarem uma rápida redução de uma determinada população, que se adotem
276 medidas adequadas de ordenamento pesqueiro, tais como a proibição da captura pelo tempo
277 necessário para reverter essa queda e a redução e controle do esforço de pesca.

278 7. A proibição da pesca de algumas espécies decorrente da IN MMA 05/2004 resultou em prejuízos
279 a produtores que tiveram que investir para se adaptar a outras modalidades de pesca ou que
280 foram pesadamente punidos por capturar espécies incluídas na lista oficial que vinham em suas
281 redes e anzóis de forma incidental.

282 8. O aumento da abundância de algumas espécies listadas na IN MMA 05/2004, em consequência
283 do longo período sem pesca intencional, é evidenciado pelo crescente descarte ao mar de
284 toneladas de pescado de alto valor nutricional e comercial. Além do desperdício de alimento e
285 das perdas impostas aos produtores, essas capturas se tornam invisíveis aos olhos de
286 pesquisadores e gestores públicos, pois eles não estão a bordo dos barcos. Dessa forma, as
287 conclusões de pesquisas feitas em terra firme sempre indicarão o risco de extinção das espécies
288 descartadas no mar.

289 9. Um exemplo da situação descrita acima é o da “arraia-viola” ou “viola”. A espécie ocorre na
290 costa de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e passou a ser evitada pelos pescadores a partir
291 da proibição da captura em 2004. Uma pescaria artesanal de beira de praia, realizada sobre
292 agregações de fêmeas grávidas, deixou de existir. Há evidências de que a proteção dessa espécie
293 durante 10 anos atingiu o objetivo de reverter o risco de extinção. Além de inúmeros relatos de
294 pescadores, amparados por vídeos e fotos (ANEXO I), recentemente foi publicada uma pesquisa
295 científica realizada a partir de informações obtidas por observadores a bordo que sugere o
296 aumento significativo da abundância da espécie (ANEXO II). Contudo, na sua nova lista, o
297 ICMBio classifica essa espécie de “viola” como “Criticamente ameaçada”. Ou seja, pretendendo
298 manter a proibição dessa espécie sem considerar a situação real da sua população.

299 10. Assim como a “viola”, as demais espécies de peixes marinhos proibidos pela IN MMA 5/2004
300 são mantidos nessa situação na nova lista da fauna ameaçada de extinção elaborada pelo
301 ICMBio. Essa nova lista também inclui outras dezenas de espécies de peixes que são comumente

302 pescados no litoral sudeste e sul do Brasil, o que irá inviabilizar diversas modalidades de pesca e
303 incentivar a pesca ilegal, conforme indicado no ANEXO III.

304 11. O ICMBio também elaborou uma lista de espécies classificadas como “quase ameaçadas de
305 extinção”. Essa categoria não implica em proibição da pesca, porém pode trazer prejuízos para a
306 imagem do produto junto ao mercado, dificultado a sua comercialização e reduzindo o retorno ao
307 produtor. Portanto, essa classificação deve também ser questionada pelo setor produtivo no que
308 tange a espécies de interesse comercial (ANEXO IV).

309 12. No processo de avaliação do estado de conservação das espécies, o ICMBio identificou ainda
310 centenas de espécies em que reconhece a deficiência de dados para a sua avaliação.
311 Curiosamente, nessa lista foi incluída a sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), logo um dos
312 peixes marinhos que se dispõe de bom conhecimento científico sobre sua biologia e da sua
313 abundância populacional.

314 13. Não se pode aceitar essa nova lista de espécies ameaçadas sem antes ter acesso aos estudos que
315 fundamentaram as avaliações feitas pelo ICMBio.

316 Apresentou como anexo o trabalho: “Avaliação do status de espécie ameaçada da raia-viola
317 (*Rhinobatos horkelii*) no sul do Brasil”, autores: Agatha Nurnberg e Paulo Ricardo Schwingel, da
318 Universidade do Vale do Itajaí.

319

320 O Sr. **Carlos Scaramuzza** esclarece que a classificação em diferentes graus de ameaça possibilita
321 um repertório de medidas mais amplas a serem discutidas para cada uma das espécies que foram
322 avaliadas. Informou ainda que a reunião ainda não chegou a discutir quais são as ações para cada
323 uma delas. Existe o interesse de se apresentar como foi feita a avaliação das espécies, buscando
324 promover o entendimento e uma discussão no âmbito da Conabio sobre como se deu o processo,
325 quais foram os dados, quem foram as pessoas envolvidas para se chegar a essa avaliação que foi
326 colocada para vocês nos materiais que foram enviados. A intenção é fazer com que as diferentes
327 organizações representadas aqui, com sua capilaridade e seu poder de representação, possam
328 entender melhor como foi esse processo quais foram as informações qual é o dado científico, qual o
329 processo científico por detrás dessas conclusões que apresentamos.

330 Sr^a **Rosana Subirá** especifica que quando são feitas as atualizações de informações publicadas com
331 os dados do CPUE são sempre usadas todas as espécies de peixes.

332 A Sr^a. **Danielle Blanc (MPA)** colocou que a preocupação do próprio Ministério da Pesca também
333 junto ao MMA é a questão do uso sustentável. A preocupação é baseada no histórico de formação
334 de listas, que nós acompanhamos como a edição de IN número 5/2004 e com a IN 52, de como foi
335 esse processo e inclusive da qualidade das informações que foram aportadas. O processo ficou
336 muito bem registrado e foi diferente do que está acontecendo hoje. A preocupação está também na
337 questão da lei brasileira, o que ela diz hoje, porque todo o processo é conduzido com base nos
338 critérios da IUCN, uma metodologia mundialmente reconhecida, porém, a lei brasileira reconhece
339 apenas espécies ameaçadas de extinção na lei de crime ambientais. Dependendo do que se
340 reconhece como lista de espécies ameaçadas, o uso do recurso pesqueiro se torna crime. Inúmeras
341 artes de pesca não são seletivas, infelizmente não se consegue pescar só o recurso que se quer,
342 vindo outras espécies. A lei não reconhece outras categorias. O MPA entende que existem
343 diferentes procedimentos e maneiras de proteger as espécies, não apenas se fazendo numa lista de
344 espécies ameaçadas. É necessário definir algumas áreas de exclusão, áreas que não podem ser
345 pescadas, que elas também visam proteger e recuperar os estoques, sem criminalizar aqueles que
346 estão na atividade. Solicitou que o MMA explicasse como esse processo será conduzido daqui para
347 frente. Como a lista será publicada pela Ministra Izabella Teixeira no final do ano de 2014, o MPA

348 solicita a disponibilização dos procedimentos e das fichas dos estudos do material que embasou a
349 inclusão e classificação das espécies.

350 Sr^a **Rosana Subirá** explicou como o processo para avaliação se dá: para cada grupo taxonômico há
351 uma distribuição entre os Centros de Pesquisa do ICMBIO ou do Ibama. Os peixes marinhos
352 ficaram a cargo do CEPSul, em Itajaí. A equipe técnica, começa o processo com ficha de perguntas
353 com as informações necessárias para cada espécie, primeiramente, compilando dados de literatura,
354 o que está publicado, fazendo uma busca, sobre cada espécie, respondendo às questões da ficha,
355 pensando na avaliação, no método, mas tem as informações de população, de CPUE quando
356 existem, de ecologia da espécie, de reprodução. Para cada espécie é montada essa ficha inicial e
357 construído um mapa de distribuição com dados de literatura. Essa ficha inicial é objeto de uma
358 consulta ampla onde se divulga um grupo de espécies, 200 a 300 espécies em média em cada
359 consulta, e divulga-se no site do ICMBio que aquele subconjunto está em processo de avaliação. As
360 pessoas interessadas em contribuir inclui suas informações e então as mesmas são enviadas
361 diretamente para os pesquisadores envolvidos no processo e os pesquisadores nos informam outros
362 nomes de outras pessoas que podem contribuir. Assim, isso vai se multiplicando, por meio do envio
363 das fichas para atualização, para complementação da informação que não se conseguiu compilar de
364 literatura. Com essas fichas prontas, após cerca de dois meses de consulta, é feita uma oficina
365 presencial, quando os especialistas convidados se reúnem e analisam as fichas de cada uma das
366 espécies e ainda incluem mais informações que eventualmente ainda não estejam publicadas.
367 Assim, tenta-se manter o mais atual possível as informações. As categorizações do estado de
368 conservação, feita de acordo as categorias estabelecidas pela IUCN, são feitas em conjunto pelo
369 grupo de pessoas, de especialistas presentes e para cada espécie é feita uma justificativa, um resumo
370 de porque aquela espécie está entrando naquela categoria, cada critério e subcritério que o método
371 da IUCN exige. É feita avaliação e posteriormente uma validação desse resultado. Um segunda
372 oficina é feita com todas as espécies, com a sua categoria, a sua justificativa, a ficha de informações
373 básicas, que foi usada como base, e nós passamos para um outro pesquisador que conhece bem o
374 método e checa se aquelas informações todas que foram usadas realmente levavam aquela espécie
375 àquela categoria, ele confere a aplicação do método, o que se chama de oficina da validação.

376 **O Sr. Henrique Anatole Cardoso Ramos (Ibama)** esclareceu que a presença na lista no que se
377 refere à listagem dos organismos aquáticos, não implica qualquer proibição ao cultivo, à aquicultura
378 desses animais e tem-se tratado por força da atual Instrução Normativa Interministerial, Ministério
379 do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura, número 10/2011, as espécies ameaçadas
380 são listada em geral como espécies de captura incidental e só é aplicada uma multa ou criminalizado
381 a partir do momento que existe o desembarque da mesma, a captura incidental com a devolução dos
382 organismos para o mar não tem sido multado dessa forma, só quando há o desembarque e,
383 inclusive, o texto trabalha nesse sentido, espécies de captura incidental, conjunto de espécies não
384 passíveis de comercialização capturadas incidentalmente durante a pesca da espécie alvo, as quais
385 coexistem na mesma área de ocorrência, cuja captura deve ser evitada por estarem protegidas por
386 legislações específicas ou acordos internacionais, as quais, quando capturadas devem ser liberadas
387 vivas ou descartadas na área de pesca. Não irá ocorrer multas pela captura acidental dessas espécies,
388 e nem sofrer empecilhos para a criação em cativeiro.

389 **O Sr. Fernando Pinto das Neves (CNA)** explica o descarte de espécies que estão proibidas, por
390 exemplo, o descarte de 1000 quilos de viola por lance, sendo que em uma embarcação faz 90 lances
391 em um mês, demonstra o desperdício dessas espécies.

392 **O Sr. Carlos Scaramuzza** apresenta informações de que 74 espécies do ambiente marinho tem
393 impacto econômico, das 350 avaliadas. É possível se avaliar caso a caso com dados robustos

394 científicos e novas informações sobre grau de risco, não sendo necessário assim aguardar cinco
395 anos para a revisão de um grupo nesses casos específicos. Informou que todos os dados e
396 informações necessárias podem ser levantados e discutidos.

397 Sr. **Nelson Ananias Filho** ressaltou como a lista pode causar impacto para quem vive no campo e
398 que a sustentabilidade ambiental depende de sustentabilidade econômica e social. É preciso ter os
399 recursos necessários para se manter uma reserva legal, ou APP sem explorá-las. Se há uma restrição
400 ao uso daquele ambiente e quando é descoberta uma espécie ameaçada isto pode inviabilizar o
401 licenciamento ambiental, exemplos como a aroeira e o pequi, por serem espécies que já sofreram
402 ameaça, porém hoje existem em grande quantidade. O problema do produtor é que ele não quer
403 recompor a reserva legal ou APP com uma espécie que está na lista porque acha que terá problemas
404 depois. Existem outras medidas restritivas, o incentivo tem que ser mais transparente para que o
405 proprietário rural esteja apto a essa atividade, incorporando em um processo de recuperação de área
406 de APP, e mesmo que ele não conheça, existem especialistas de fora que podem trabalhar e
407 incentivar, a importância de medidas do uso sustentável, replicação, utilização. O novo Código
408 Florestal abriu a possibilidade de recuperação das áreas de reserva legal, com exploração de 20 anos
409 ou mais, um décimo a cada ano. Por isso a importância de disponibilizar informações e fichas para a
410 discussão, deixando claro que as restrições não garantem um aumento da população de espécies. O
411 lançamento da lista de espécies ameaçadas reforça a política de comando e controle e não de a de
412 incentivo à conservação.

413 O Sr. **Gustavo Martinelli** A lista de espécies é um instrumento importante para a gestão da
414 biodiversidade, e a questão de que não se deve imputar restrições a espécies ameaçadas de extinção,
415 por não ser a forma mais correta de recuperação leva a reforçar a necessidade dos instrumentos
416 legais apresentarem as várias categorias de ameaça, pois, evidentemente que as espécies em risco
417 devem ter sua restrição, porém as vulneráveis devem ser mais voláteis. Não é a lista de espécies
418 ameaçadas que pode causar restrições, mas pode haver mudanças, isso tudo tem temporalidade, tem
419 uma dinâmica própria, podem haver novas informações, e o viável seria buscar soluções para
420 melhorar todos os instrumentos legais, e as espécies com valor econômicos são as que têm mais
421 chances de serem salvas, porque sofrem perigo constantemente no seu habitat, mas quando seu
422 valor comercial se torna importante passa a ser explorada, não havendo o equilíbrio, a lista é apenas
423 um instrumento de gestão e não o papel principal, o grande foco é como retirá-las da mesma.

424 A Sr. **Andrea Nunes** (MCTI) concordou com o Sr. Gustavo Martinelli e complementou que o
425 MCTI tem muito interesse em trabalhar com as listas de espécies, não somente através do SIBBr,
426 como também aprimorar o processo de validação com mais informações sobre a coleta de dados e
427 publicações, informações do setor privado e a Sociedade Civil.

428 O Sr. **José Alberto** (MONAPE) colocou sua preocupação quanto aos grupos que pensam que
429 devem produzir e aumentar a produção a qualquer custo, sem se preocuparem com o equilíbrio
430 ambiental e a sustentabilidade, um exemplo bem claro é a da carcinicultura. A educação ambiental é
431 necessária para as comunidades tradicionais pesqueiras litorâneas, que são analfabetas e não
432 possuem conhecimento de listas de espécies ameaçadas. Propôs a retirada de algumas espécies da
433 lista que são importantes para a produção, porém sem haver grandes prejuízos ambientais, sociais e
434 econômicos. A Sra. **Elisa Malafaia** (MPOG) solicita esclarecimentos do processo daqui para frente.

435 O Sr. **Carlos Scaramuzza** (MMA) esclareceu que o objetivo principal da CONABIO não é ficar
436 discutindo um dos instrumentos, que é a lista, mas sim discutir a gestão das espécies ameaçadas.
437 São quatro instrumentos, as listas, os planos de ação, as bases de dados do MCTI e as avaliações de
438 risco. A medida que forem surgindo novas espécies, serão avaliadas, alimentando o sistema de
439 suporte à decisão que está sendo construído, e espera-se obter a eficiência necessária,

440 principalmente com as espécies de uso econômico, avaliar o seu status e gerir essas espécies.
441 Esclareceu que para incluir ou retirar uma espécie da lista necessita de um esforço e uma série de
442 medidas que vão ser avaliadas caso a caso, e que os planos de ação irão indicar quais as ações
443 necessárias da sociedade brasileira. A postura do Ministério do Meio Ambiente está em melhorar as
444 informações para tomada de decisões, conciliar os diferentes interesses e visões para a
445 implementação do resultado que é a não extinção das espécies.

446 A Sr^a **Claudia Maria Correia de Mello (IBAMA)** citou o exemplo do Pau-rosa (*Aniba roseadora*)
447 que entrou na lista de espécies ameaçadas de extinção em 1992, espécie a partir da qual se produz o
448 óleo essencial do Perfume Channel nº 5 e de vários outros perfumes famosos. Existem hoje
449 plantações junto com pesquisadores da Unicamp e INPA, sendo o Brasil o único exportador
450 mundial. É autorizado sim o manejo de plantas no seu habitat natural, porém o que está sendo
451 exportado é um produto reproduzido e que tem alto valor no mercado. As espécies que estão na lista
452 devem ter um olhar diferenciado, como melhor trabalhar o uso dessas espécies para obter recursos
453 econômicos de uma forma sustentável e sem prejudicar a natureza.

454 A Sr^a **Sueli Naomi Ota (ABEMA)** reforça a necessidade da educação ambiental, e que deve atuar
455 de forma transversal entre os ministérios e cada setor, porque todos são os agentes da ação de
456 conservação. Não basta estar dentro da escola se não é aplicado na vida. Portanto, o Ministério da
457 Pesca e do Planejamento terão que ter uma visão de educação ambiental de forma a atingir o
458 governo também.

459

460 **6. Encerramento:** Após os informes sobre a próxima agenda, o Sr. **Carlos Scaramuzza** declarou o
461 encerramento da 18^a Reunião extraordinária da CONABIO às 17:30 horas.

462

463 **Brasília, 03 de novembro 2014**